

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Acerto com bancos pode baixar contas de luz	2
Título: Para evitar a tragédia, perderam tudo	3
Título: Bolsonaro e Israel.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Em busca do sol	6
VEÍCULO: O Globo.....	6
Título: Operações sobre Angra 3 investigam desvios de R\$ 70,4 milhões.....	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	8
Título: 100 dias e 28 crises	8
Título: Militares aconselham e tentam evitar crises	11
Título: Nova política perde para necessidade de coalizão	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/04/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Acerto com bancos pode baixar contas de luz**

Um engenhoso acordo concluído em março pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e os **Ministérios de Minas e Energia** e da Economia com 13 bancos privados e estatais, entre os quais BNDES e Banco do Brasil, poderá permitir que nos próximos meses as tarifas de Energia tenham uma redução média de 3,7% e os consumidores de eletricidade deixem de pagar R\$ 6,4 bilhões, estima a Aneel.

O entendimento prevê que empréstimos tomados em 2014 e 2015 pelas distribuidoras de Energia serão quitados em setembro deste ano, e não mais no vencimento, fixado em abril de 2020. A expectativa é de que a liquidação destes empréstimos antecipada em oito meses possa surtir efeitos desde logo, diminuindo o impacto dos reajustes das tarifas de eletricidade.

Para tanto, a Aneel programou revisões tarifárias extraordinárias para reduzir os reajustes tarifários já aprovados neste ano, envolvendo seis distribuidoras, segundo informou Sandoval de Araújo Feitosa, diretor da agência reguladora. Para as demais distribuidoras, o custo adicional das tarifas será abatido ao longo dos próximos meses, na data prevista de reajuste anual.

Os empréstimos a serem quitados remontam a três operações realizadas em 2014 e 2015, quando o País passou por uma séria crise de abastecimento de eletricidade, com os reservatórios muito baixos, o que obrigou o acionamento de usinas termoeletricas, que geram Energia mais cara. Para evitar alta de tarifas nas proximidades de um ano eleitoral, o governo da ex-presidente Dilma Rousseff autorizou a contratação de empréstimos no total de R\$ 21,2 bilhões pelas distribuidoras. O custo dessas operações foi embutido nas contas de luz de todos os consumidores, em parcelas mensais, por cinco anos.

O saldo a ser pago ao pool de bancos é de R\$ 8,8 bilhões, sobre o qual incide uma taxa de 2% (R\$ 140 milhões). A Aneel considera o negócio vantajoso, pois as distribuidoras teriam de desembolsar mais se os empréstimos fossem liquidados no vencimento.

Se as intenções se transformarem em realidade, o acerto de contas pode representar menos gastos para os consumidores residenciais e para as

empresas, particularmente aquelas que arcam com altos custos fixos com Energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/04/2019

Seção: Metrópole

Autor: Priscila Mengue

Título: Para evitar a tragédia, perderam tudo

Barragens em risco e o medo de um bairro inteiro afundar criam uma nova onda de "refugiados", sem casa, sem amigos e até sem esperança

Por um tempo, a sensação era de viver à espera do pior. O sono era invadido pelo receio de precisar fugir a qualquer momento. Hoje, eles estão a salvo, mas já convivem com a sensação de terem perdido tudo (ou quase). A descrição pode remeter a uma zona em conflito ou sob ameaça de desastre ambiental, mas se refere a alguns milhares de brasileiros. A eles, a única alternativa foi sair de casa.

Em meio às tragédias iminentes, duas chamam a atenção por criarem ondas de "refugiados" no País: a Vale realocou 748 pessoas que vivem na Zona de Autossalvamento (área até 10 quilômetros de distância das barragens sob risco iminente de romperem em Minas Gerais); e outros 19 mil moradores de Pinheiro, bairro nobre de Maceió que corre o risco de afundar, passam por desocupação.

Hoje em casas temporárias ou hotéis, parte deles convive com a incerteza do retorno e a falta de uma vida que talvez nunca retomarão. Ao Estado, relataram dificuldades em se adaptar a nova realidade, como a mudança de cidade ou bairro, a nova residência e convívio social.

"A repetição desses desastres tecnológicos tem criado um ambiente de insegurança", diz Frederico Garcia, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidade e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). "A gente não tem dados diretos, mas houve claramente um aumento de transtornos de ansiedade em populações que vivem no entorno ou embaixo dessas barragens."

O professor foi um dos coordenadores de um estudo com 271 moradores de Mariana, de 10 e 90 anos, que passaram pela tragédia de 2015. Do total, 63% diziam sofrer discriminação pela condição de atingido por barragem, 29% foram diagnosticado com depressão e 83% apresentavam sintomas de estresse pós-traumático.

Segundo Garcia, os moradores dessas áreas têm maior propensão a desenvolver estresse crônico, doenças mentais e também físicas, como diabetes e hipertensão. Por isso, ressalta a necessidade de atendimento preventivo. "Tem efeito a curto e a longo prazo, se nada for feito."

Decisão difícil. Dentro dessa lógica, ele aponta que a saída de casa é uma decisão muito difícil para as famílias, por terem uma ligação estreita não só com o imóvel. "São pessoas que saíram da fazenda onde a família estava há 200 anos, que perderam o contato com as pessoas que conhecem, em quem confiavam. Se perde um imóvel, mas também uma rede de apoio, uma história."

A situação não é diferente com os moradores de Pinheiro, explica Laeuza Farias, presidente do Conselho Regional de Psicologia. Com sede no bairro alagoano, a entidade tem cerca de 50 colaboradores que atendem a população das áreas de risco – ao menos 447 pessoas já se cadastraram para receber auxílio-moradia da Prefeitura. "O dano causado à saúde mental das pessoas é imensurável, mesmo ofertando apoio psicológico." Segundo ela, o impacto maior é sobre a população mais idosa, que costuma ter um laço mais antigo com o local. "Ainda tem a incerteza do patrimônio material, que praticamente não vale mais nada."

Por fim, um dos fatores mais estressantes é a falta de informação. "Algumas pessoas se mudaram, mas deixaram parte das coisas na casa. Saíram, mas ainda têm esperança de voltar para o seu cantinho."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Lourival Sant'Anna

Título: Bolsonaro e Israel

O estreitamento da cooperação com Israel, promovido pela visita do presidente Jair Bolsonaro na semana passada, é potencialmente vantajoso para o Brasil. Mas há problemas com o momento da visita, a uma semana das eleições israelenses; com o seu formato, passando por cima das sensibilidades dos árabes e muçulmanos; e com a conotação de algumas declarações, que a transformaram em aproximação não entre Estados, mas entre líderes religiosos e governantes de turno. Os dois governos concordaram em cooperar no setor de Energia, nos segmentos de petróleo e gás, termoeletricidade e fontes renováveis.

Um acordo de cooperação prevê também estreitamento nos campos de ciência e tecnologia. Haverá chamadas conjuntas para projetos de inovação e um programa para startups no Brasil. Basta dizer que o Waze é criação israelense.

Um acordo no setor de saúde e medicamentos, firmado em 2006 no governo Lula, terá continuidade, com troca de tecnologias e intercâmbio de especialistas. A promoção do comércio e de investimentos também será estimulada. Israel é um dos poucos países com os quais o Mercosul firmou, em 2007, acordo de livre-comércio, nessas três décadas de torpor que se seguiram à criação do bloco.

Houve acordos também nas áreas de defesa e segurança pública e cibernética. O governo israelense expressou seu apoio ao ingresso do Brasil na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que, ao que tudo indica, será um tema recorrente nas viagens de Bolsonaro. O Brasil trocou a postulação de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pela OCDE. É uma boa troca, que exigirá reformas para ajustar o país aos padrões do organismo.

Bolsonaro conseguiu evitar o tema das Colinas do Golan, que Israel tomou da Síria em 1967. O presidente Donald Trump reconheceu a soberania israelense sobre o território na semana anterior, pouco antes de seu encontro com Bolsonaro. E trocou a transferência da embaixada de Tel-Aviv pela instalação de um escritório de promoção comercial. É menos ruim, mas não é bom, aos olhos dos árabes. Ainda mais com a declaração de que "casamento começa no namoro", indicando que a embaixada seria o passo seguinte.

A medida foi agravada pelo fato de o governante brasileiro ter ignorado o convite do presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, para visitá-lo em Ramallah, na Cisjordânia (praticamente conurbada com Jerusalém, não fossem os bloqueios militares israelenses). Isso é muito atípico. Praticamente todo governante que visita o primeiro-ministro israelense se reúne também com o presidente palestino. Incluindo Trump, em sua primeira viagem internacional, em 2017.

Bolsonaro visitou o Muro das Lamentações, mas não as mesquitas do Domo da Rocha e de Al-Aqsa, situadas na esplanada adjacente. Somados a suas declarações de caráter religioso, e de identificação com a história de Israel, esses gestos podem ser interpretados como preferência do Brasil pelos judeus em detrimento dos muçulmanos. Flávio Bolsonaro, um dos filhos do presidente, ainda respondeu às críticas do grupo islâmico Hamas à visita com um tuíte espetacularmente infeliz, mais tarde retirado do ar: "Quero que vocês se explodam!"

O erro maior está na data da visita: a reta final para as eleições desta terça-feira, que Netanyahu disputa sob denúncias de quatro casos de corrupção, dos quais três já evoluíram para indiciamentos. O primeiro-ministro usou a visita do presidente brasileiro, assim como o encontro com Trump e o passo sobre o

Golan, como parte de suas credenciais para seguir governando Israel, depois de uma década no cargo.

O estreitamento da cooperação com Israel, que é onde está o interesse brasileiro, não dependia de nada disso. Pagamos por ele um sobrepreço desnecessário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Em busca do sol

Painel S.A.

A francesa Engie vai entrar na corrida por parques de **Energia** solar no Brasil. Construirá, em Minas Gerais, sua primeira usina no modelo em que investe na instalação e depois vende cotas. Até 2020, planeja injetar R\$ 150 milhões no negócio.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/04/2019

Seção: O País

Autor: JULIANA CASTRO

Título: Operações sobre Angra 3 investigam desvios de R\$ 70,4 milhões

Última ação resultou na prisão de Michel Temer; Ministério Público Federal agora mira empresas internacionais

As investigações sobre os desvios nas obras da usina nuclear de Angra 3 já levaram o Ministério Público Federal (MPF) a deflagrar, desde 2015, quatro operações para apurar o pagamento de ao menos R\$ 70,4 milhões em propinas. A última delas, em 21 de março, levou à prisão o ex-presidente Michel Temer, solto quatro dias depois. Agora, vem mais pela frente, de acordo com os procuradores. Na mira, estão até empresas internacionais.

A história da Lava-Jato no Rio tem as investigações sobre as obras de Angra 3 como fio condutor. Foi com a apuração desse caso que a força-tarefa do MPF nasceu em 2016. Deflagrada no ano anterior pelos investigadores de Curitiba, a Operação Radioatividade prendeu à época o então presidente da Eletronuclear, Othon Silva.

Por não guardar relação com a investigação na Petrobras, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o desmembramento para o Rio. Por sorteio, o caso caiu nas mãos do juiz Marcelo Bretas, abrindo caminho para que fosse ele a julgar os demais processos da Lava-Jato no estado. Foi também essa apuração que levou a força-tarefa do Rio aprender seu principal alvo até o momento: Temer.

Os investigadores atribuem ao ex-presidente a indicação de Othon para o comando da Eletronuclear. Apontam que Temer fez isso para, no fim das contas, garantir o recebimento de vantagens indevidas.

Na Operação Descontaminação, em que Temer foi mandado para a cadeia, os desvios apurados chegam a R\$ 18 milhões. Em uma das duas denúncias feitas contra o emedebista, e aceita por Bretas, o MPF anexa um e-mail encaminhado por Othon Silva a outro denunciado que os procuradores afirmam ser o intermediador da relação com João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, amigo de Temer e homem apontado como operador do ex-presidente.

Na mensagem, Othon encaminha um currículo de Leonam dos Santos Guimarães para a função de diretor de Operações, e pede para que seja entregue a "Limoeiro". Para o MPF, trata-se do coronel Lima, e a intenção era de que o e-mail chegasse às mãos de Temer.

Leonam é hoje presidente da Eletronuclear. Em um comunicado, a empresa afirmou que "os procedimentos de investigação não detectaram qualquer suspeição sobre a conduta" de Leonam ou qualquer envolvimento dele "com o esquema de corrupção encontrado na Eletronuclear".

Se a operação mais recente prendeu Temer e a primeira, Othon, foi uma fase intermediária a que mirou a maior parte da propina. Na época da deflagração da operação Pripyat, em julho de 2016, cinco ex-integrantes da cúpula da Eletronuclear foram presos. Os procuradores afirmaram que os desvios apurados na empresa chegavam a R\$ 48 milhões, incluindo pagamento de propina a políticos. A quarta operação foi a Irmandade, em agosto de 2016, e envolveu a apuração de crimes de lavagem de dinheiro.

RAIO-X DE ANGRA 3

No centro das investigações, as obras de Angra 3 começaram em 1984. Foram paralisadas dois anos depois, por dificuldades econômicas. O projeto ficou na gaveta até 2009, quando foi retomado com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As obras foram paralisadas novamente em 2015, após a Lava-Jato. A previsão de conclusão ficou para 2026.

A Eletronuclear informou que o valor total previsto para o investimento em Angra 3 é de cerca de R\$ 21 bilhões, dos quais R\$ 7 bilhões já foram gastos. Angra 3 possui 2/3 de suas obras físicas concluídas.

Quando entrar em operação, a geração da usina será suficiente para atender 4,45 milhões de pessoas. Com as três usinas em operação, a Energia será equivalente a 68% do consumo do estado do Rio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/04/2019

Seção: Política

Autor: Leo Cavalcanti/Rodolfo Costa e Beatriz Roscoe

Título: 100 dias e 28 crises

Na quarta-feira, 10 de abril, o presidente Jair Bolsonaro completa o centésimo dia de um governo marcado por uma das mais profundas — e turbulentas — transições do mais recente período democrático. A troca de comando no Palácio do Planalto em 1º de janeiro representou a chegada de um sem-número de novos personagens e de tentativas de guinadas de políticas públicas. Levantamento do Correio a partir das primeiras ações do chefe da Esplanada e dos ministros — além de entrevistas com especialistas, políticos e professores — revela, porém, que as controvérsias produzidas pelos próprios aliados criaram dificuldades para o Executivo. Ao todo, no período, os principais atores governistas tiveram que voltar a atenção para 28 crises que se desenrolaram por 40 dias, consumindo tempo e energia, que poderiam ser direcionados a projetos mais urgentes. Na média, são duas polêmicas abertas por semana — isso sem considerar eventuais controvérsias das próximas 96 horas, com a possível queda do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues. Se confirmada será a segunda baixa no governo. O primeiro ministro a cair foi Gustavo Bebianno, da Secretaria Geral da Presidência, atropelado por denúncias de candidaturas laranjas no PSL.

As crises estão intimamente ligadas aos grupos dentro do governo, que se dividem entre os técnico-econômicos — encabeçados pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Justiça, Sérgio Moro —, os associados às Forças Armadas e os folclóricos, ligados ao conservadorismo cultural. Não por acaso, a primeira controvérsia teve como protagonista Damares Alves, da pasta das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos. Três dias depois da posse de Bolsonaro, um vídeo em que Damares exalta a vitória do capitão reformado foi divulgado: “A nova era começou: agora, menino veste azul e menina veste rosa”. As imagens viralizaram nas redes sociais. Depois, Damares afirmou que se tratava de uma metáfora. No time dela, estão ainda os ministros Ernesto Araújo

(Relações Exteriores) e Ricardo Vélez (Educação) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). Em comum, eles têm como guru o escritor Olavo de Carvalho, que abriu guerra com o grupo militar.

É possível afirmar que o próprio Bolsonaro estimulou tais declarações desde os discursos no primeiro dia de governo, quando afirmou: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”. Especialistas apontam que ainda é um presidente preso à própria campanha, e, ao contrário do anunciado na posse, busca a divisão para reforçar a própria gestão. Uma questão é que, ao contrário do imaginado ao longo da campanha, nenhuma das turmas (folclórica, técnico-econômica e militar) conseguiu tutelar Bolsonaro. “Há uma disputa aberta de poder entre esses grupos, mas o que se vê é que o presidente tem independência, a ponto de não parecer se incomodar com os conflitos”, afirma Paulo Calmon, diretor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB). “Bolsonaro decide pela própria cabeça, isso parece evidente.” Onde tal coisa vai dar, ainda é cedo para avaliar, mas uma marca destes 100 dias de governo é a desconfiança, que amplia incertezas sobre o sucesso.

Olavetes

Uma das principais tensões dentro do governo Bolsonaro está entre os militares e os olavetes, como são chamados os discípulos de Olavo de Carvalho. Em Washington, em meados de março, um dia antes da chegada do presidente aos Estados Unidos, o professor — pelo menos para parte da equipe da Esplanada — desancou o vice, Hamilton Mourão: “Um cidadão que não tem os direitos humanos elementares está na maior impotência. E essa é a situação do nosso presidente. Ele não tem o direito de se defender na Justiça quando atribuem crimes a ele. É horrível o que estão fazendo com ele. É ditadura. É opressão. É um homem sozinho. Não pode confiar naqueles que o cercam e nem na mídia”, disse Olavo, para completar: “Essa concepção, que é a do Mourão, é uma concepção golpista. Onde isso vai dar, não sei, não estou em Brasília. Mas é grave, é claro que é grave. Estou com c... na mão pelo Brasil, não por mim”. A ala militar, que não vê a menor importância em Olavo, acompanha os ataques. Mas, se há alguma razão nas palavras do professor, é a tal da desconfiança entre os grupos.

“A baixa confiança e os interesses conflitantes dos grupos são problemas que se agravam com a falta de senso de urgência do próprio governo Bolsonaro”, diz Thiago Vidal, gerente de análise política da Prospectiva. “Havia uma certa

esperança de que os militares e os economistas fossem protagonistas.”Falta ao governo coesão e uma maior atenção a Paulo Guedes, dada a importância da reforma da Previdência para a estabilidade econômica do país. “A reforma não tem sequer um relatório. Nessa altura do campeonato, um parecer já poderia ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)”, afirma Vidal. Bolsonaro, com tantas crises enfrentadas, atua mais com um bombeiro para apagar o fogo do que como um estrategista. Vide o Ministério da Educação, onde há conflitos que impedem o avanço de políticas públicas — apenas crescem as controvérsias. Quando o quadro se amplia para a articulação parlamentar, tudo piora.

O caso de Guedes tendo de se defender praticamente sozinho na CCJ, na última quarta-feira, é um exemplo acabado da falta de estratégia parlamentar do Planalto. É bom lembrar que o ministro é o principal fiador do governo junto ao mercado e aos empresários. “A mudança nas regras de aposentadoria e o pacote anticrime precisam de um plano eficiente de articulação política, caso contrário devem atrasar, atrapalhando o governo”, afirma Vidal. Para o líder do Podemos na Câmara, José Nelto (GO), foram três meses de apenas boas intenções. “São 100 dias de boas intenções, mas o que vale são as realizações. De boas intenções o povo está cheio há muito tempo”, critica. O partido é um dos que se reunirá com Bolsonaro na próxima semana, no novo processo de diálogo com o Congresso. Bolsonaro será cobrado a governar e a propor uma agenda econômica e social de melhoria ao povo. “Nada chegou de concreto ainda”, critica Nelto. “Tem a luta ainda estudada com Rodrigo Maia (presidente da Câmara), que tenta levar o Parlamento a um protagonismo maior”, explica Paulo Calmon, da UnB.

Filhos

Em meio às crises entre os grupos da Esplanada, os filhos mais velhos de Bolsonaro — Flávio, Eduardo e Carlos — nunca funcionaram como bombeiros, mas, segundo o professor Paulo Calmon, servem como âncoras do pai em relação aos eleitores mais fiéis, aqueles que consolidaram os votos ainda no início da campanha. “Por mais que seja criticada, há uma virtude em Bolsonaro: não se afastar das bases. E os filhos têm esse papel, de manter os temas acesos”, acrescenta. Isso não significa que tal estratégia funcione de maneira adequada sempre; afinal, boa parte das crises tem como protagonistas os filhos do presidente, seja no caso da “rachadinha” no gabinete estadual do Rio, na demissão do ministro Gustavo Bebianno ou nas interferências nas relações exteriores do Brasil. Como nem tudo é pedra, o resultado dos leilões de infraestrutura, com ágios e outorgas robustas, é um dos pontos altos do governo Bolsonaro. Os críticos dizem que tal tento é herança de outros

governos, sobretudo, do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) criado por Michel Temer.

*** Estagiária sob supervisão de Leonardo Meireles**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/04/2019

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa/ Leo Cavalcanti

Título: Militares aconselham e tentam evitar crises

O tom discreto e trabalhador foi a tônica do desempenho das atividades tocadas pelos militares no governo de Jair Bolsonaro. Com oito ministros oriundos das Forças Armadas, além do vice-presidente, Hamilton Mourão, a gestão conta com mais oficiais no primeiro escalão do que presidentes na ditadura militar. O comportamento é avaliado como positivo na Esplanada dos Ministérios em um mandato curto, mas que acumula tantas polêmicas. Técnicos, “bombeiros”, conselheiros e até políticos, os oficiais conseguiram chamar a atenção. Para alguns, que veem interferência direta da cúpula militar na crise interna do Ministério da Educação e na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), é até demais.

A atuação do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, foi uma das mais importantes nesses 100 dias de governo. Discreto, tem como principal missão prevenir a ocorrência de crises e articular o gerenciamento delas. Não por acaso, o próprio Bolsonaro o chama de conselheiro. “(Heleno) dá muita segurança na tomada de decisões, que são difíceis e muitas vezes contrariam interesses”, declarou o presidente na sexta-feira.

Não foram poucas as vezes em que Heleno precisou atuar. Quando o ex-ministro-chefe da Secretaria-Geral Gustavo Bebianno esteve ameaçado no cargo, o general atuou para aconselhar Bolsonaro a pensar muito bem antes de tomar uma decisão que pudesse gerar uma crise com o Parlamento. A demissão dele, de fato, passou a congressistas a imagem de infidelidade de Bolsonaro com aliados próximos.

O desempenho mais recente de Heleno como “bombeiro” foi após a visita de Bolsonaro a Israel, onde anunciou a abertura de um escritório comercial em Jerusalém. Em transmissão ao vivo nas redes sociais ao lado do presidente, o chefe do GSI disse que o país tem uma balança comercial com o mundo árabe que interessa manter. “Muita gente colocou isso com maldade, que a visita a

Israel significava um afastamento da comunidade árabe. Negativo. Isso não vai acontecer.”

Liderança

A participação de Heleno no governo não se restringe aos aconselhamentos ao presidente da República. Ele também tem sido uma espécie de líder e conselheiro entre os militares. Mourão e os ministros da Secretaria de Governo, Santos Cruz, e da Secretaria-Geral, Floriano Peixoto, e até mesmo para o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que tem origem na vida política. Heleno atuou para acabar com uma cisão interna e bancar a coexistência entre todos, eliminando a pecha de núcleos no Planalto, o militar e o político. “Somos todos um”, ponderou.

É algo que deu certo. Nas últimas semanas, Santos Cruz vêm se engajando ativamente na articulação política. Mantém sintonia próxima de algumas das principais lideranças no Congresso. O bom trato com os parlamentares é só elogios até dentro do Centrão, bloco acostumado a capitanear as movimentações no cenário político nacional. Mourão também tem se articulado. Com o discurso de que tem recebido “visitas de cortesia”, mantém um diálogo amplo com líderes na Câmara e no Senado.

O vice também mantém uma boa relação com os colegas militares, mas a leitura entre eles a por militares no Planalto é de que a comunicação feita por Mourão pode melhorar. “Há um desencontro de informações, mas não é por mal”, pondera um oficial próximo ao presidente. Para os próximos 100 dias, a meta é aproximar mais Mourão de Bolsonaro a fim de criar um diálogo mais uníssono e sem ruídos, como quando ele recebeu líderes sindicais ligados à oposição e sugeriu que o presidente da República poderia ceder cargos a aliados políticos.

No Planalto, um dos mais discretos até agora é Peixoto. O ministro da Secretaria-Geral atuou pelas beiradas, mas vem fazendo um trabalho técnico na coordenação de Estado. Nesses 100 dias, atuou para racionalizar a estrutura do governo no sentido de unificar a máquina para reduzir custos. Por exemplo, em um mesmo ministério, há secretarias e departamentos distintos que dispõem de uma mesma organização de atividades.

Agenda

Fora do Planalto, os demais ministros vêm dando sua parcela de contribuição. O chefe da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, trouxe para o Brasil tecnologia israelense para o Centro de Testes de Tecnologias de Dessalinização, que será inaugurado em breve em Campina Grande (PB). **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, mantém uma agenda próxima de empresários e

investidores. Mas entre os “técnicos”, o queridinho é o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas. É o que mais recebe parlamentares aflitos em apresentar demandas e saber sobre as pretensões da pasta em conclusão para obras em suas bases eleitorais.

Nos Estados Unidos, ontem, em debate na Brazil Conference, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, afirmou que “os militares vêm desempenhando um papel de excelência, muito significativo” no atual governo. Ele refutou a ideia de intervenção militar.

Mourão se diz complementar

Às vésperas da comemoração dos 100 dias de governo, o vice-presidente, Hamilton Mourão, assegurou que não age em contraponto ao chefe do Executivo, Jair Bolsonaro. “Jamais! Eu sou complementar ao presidente, eu complemento ele”, disse. Ele admitiu, porém, que recebe críticas de aliados de Bolsonaro, mas minimiza: “fazem parte do jogo político”. Para apoiadores do presidente, o fato de o vice estar em compromissos nos Estados Unidos, onde participou de um seminário, em Boston, reforça a tese de que Mourão está tentando se firmar como figura plural e dissonante de Bolsonaro.

Em almoço com um seleto grupo, segundo fontes, Mourão disse que o presidente está ciente de que precisa deixar de lado discursos extremados e defendeu que “o governo não caia em tentativas de polarização da oposição”. Segundo ele, Bolsonaro foi aconselhado por aliados próximos a deixar de governar para poucos.

Apoio

Indagado sobre a crise na Venezuela, o vice-presidente afirmou que o Brasil rechaça a possibilidade de apoio brasileiro a eventual decisão norte-americana de intervenção militar no país vizinho. Para ele, o papel do Brasil não é de pressão econômica, como faz os Estados Unidos. Ele reforçou que o governo seguirá na pressão diplomática.

No encontro, Mourão estava com o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, general Santos Cruz. Ao falar sobre a reforma da Previdência, Santos Cruz afirmou que a bola, agora, está com o Congresso. O governo Bolsonaro vem sendo criticado por não fazer a articulação necessária para reunir os 308 votos suficientes para fazer sair do papel o projeto.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 04/04/2019****Seção: Política****Autor: Alessandra Azevedo/Gabriela Vinhal****Título: Nova política perde para necessidade de coalizão**

O presidente Jair Bolsonaro completa 100 dias de governo nesta quarta-feira, ainda sem uma base aliada consolidada no Congresso. Um dos grandes obstáculos, desde o início do mandato, é equilibrar a defesa da “nova política”, discurso que rendeu a ele muitos votos, com o presidencialismo de coalizão, do qual não tem como se livrar caso queira aprovar alguma matéria — o que não aconteceu até agora. O governo ainda não conseguiu emplacar nenhum projeto de lei no Congresso e já teve, pelo menos, duas derrotas: com a queda do decreto que mudava a Lei de Acesso à Informação, em fevereiro, e com a aprovação do Orçamento impositivo, em março.

Nesse período, houve poucas reuniões pacíficas, e alguns embates marcantes com os parlamentares. O mais recente foi entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e deputados da oposição, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, na última quarta-feira. A troca de insultos resultou no encerramento da sessão, depois que Zeca Dirceu (PT-PR) chamou o chefe da equipe econômica de “tchutchuca” dos privilegiados.

Alguns especialistas avaliam que o episódio prejudicou mais a imagem da oposição do que a do ministro, que foi convidado pelos deputados à CCJ para explicar a reforma da Previdência. Mas consideram simbólico o fato de praticamente nenhum parlamentar ter defendido a proposta do governo, durante as mais de seis horas de audiência. Omissão que expõe o descontentamento dos deputados com o presidente.

As derrotas são atribuídas à postura em relação ao presidencialismo de coalizão. “Ao atacar o que chama de velha política, o que faz desde a campanha, ele ofende diretamente os parlamentares. Por isso, nunca tivemos expectativa de que a relação com o Congresso fosse boa”, comentou o gerente de análise e política da Prospectiva, Thiago Vidal. O maior problema, segundo ele, é que Bolsonaro “confunde articulação com corrupção”. “Ele não consegue ver que é muito maior do que isso e que uma coisa não leva necessariamente à outra”, diz.

Foi logo depois do constrangimento na CCJ que o chefe do Executivo resolveu se encontrar com líderes e presidentes partidários, em um primeiro passo na tentativa de melhorar o diálogo com o Parlamento. Nas reuniões, ele se desculpou com os líderes partidários pelas “caneladas” recentes. Já estiveram

no Planalto integrantes do MDB, PSDB, PP, PRB, PSD e DEM. Esta semana, haverá novas rodadas de conversa, com PSL, SD, PR e Podemos.

Dúvidas

Apesar dos sinais de paz que o governo tenta emitir, ainda há dúvidas sobre o engajamento “real” dele com o diálogo político. Um dos parlamentares que se encontrou com Bolsonaro, na semana passada, disse que “a conversa foi boa, mas não resolve nada”. Vidal também não tem considerado os encontros uma verdadeira mudança de estratégia. “É mais um movimento tático. No fundo, é um oportunismo da parte dele. Ele não está negociando, porque sabe que não seria necessário agora, já que tem maioria na CCJ para aprovar a reforma”, avalia o especialista.

A primeira derrota do governo no Legislativo foi em fevereiro, quando a Câmara derrubou o decreto que alterava as regras da Lei de Acesso à Informação, assinado pelo vice-presidente, Hamilton Mourão, em janeiro. Ele permitia a ocupantes de cargos comissionados, alguns sem vínculo permanente com a administração pública, classificar dados do governo federal como informações ultrassecretas e secretas.

Só o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, orientou os deputados a votarem contra a urgência da votação que derrubou o decreto. Desde aquela época, os parlamentares já diziam que era uma forma de “protesto”. Na semana passada, o governo saiu perdendo em relação ao Orçamento — outra mensagem que os deputados e senadores enviaram ao Planalto. Em votação relâmpago, no auge do desentendimento entre Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os deputados votaram em dois turnos a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna obrigatória a execução de emendas de bancada.

Aproximação ainda não convence

Mesmo com as reuniões recentes entre o presidente Jair Bolsonaro e lideranças partidárias, os parlamentares continuam criticando as tentativas de “desqualificação” da política, ainda promovida pelo chefe do Executivo. Eles reclamam que, até quando concordam com as pautas do governo, são tratados como inimigos. O que vai na contramão do que defende a maior parte dos aliados do presidente, inclusive o vice, Hamilton Mourão, que já disse que os partidos de apoio devem ter algum tipo de “participação, seja em cargos nos estados ou em algum ministério”.

“Ele abriu o diálogo, mas, cada vez que fala com o público, demonstra desrespeito ao Parlamento. Mostra uma tentativa de criminalizar e fragilizar a política”, diz Marcelo Ramos (PR-AM), um dos deputados titulares da Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. “Já estou convicto de que a estratégia dele não é recompor o Parlamento, é se aproveitar da fragilidade e impor a vontade dele”, acredita.

Um exemplo disso é que, logo após ter conversado com políticos, na semana passada, Bolsonaro ressaltou que, apesar do que alguns disseram, ele não tratou de cargos. “O governo está com lista de cargos no Congresso, oferecendo para todo mundo, pelos coordenadores de bancada. Mas, quando os líderes vão ao Planalto, o presidente constrange quem dá entrevista sobre isso. É desleal tratar de cargo pela líder dele e depois ir a público dizer que isso não acontece”, comentou o deputado do PR, que disse não ter sido procurado pessoalmente para tratar do assunto.

A articulação tem sido feita pela líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP). Com a negociação, Bolsonaro pode conseguir votos para a reforma da Previdência, pela importância da matéria, mas a aproximação com os partidos precisa ir além de uma pauta específica. Essa é a intenção do Planalto, segundo Hasselmann.

“Uma coisa é base aliada e outra coisa é convergência de agenda. O presidente deu início à busca pela formação do grupo de apoiadores, enquanto eu e os outros líderes miramos também nas conversas com parlamentares. Também não dá para depositar todo o apoio ao governo baseado na agenda econômica”, ponderou Hasselmann.

Para isso, uma ala bolsonarista alerta que é preciso não se indispor com nomes importantes, como do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Com base na briga recente entre o deputado e o presidente Bolsonaro, em março, isso seria, na visão deles, um tiro no pé. O embate entre os chefes do Legislativo e do Executivo foi o mais prejudicial ao governo, até agora.

A relação de Bolsonaro com o deputado nunca foi das melhores, apesar de o governo ter apoiado, ainda que indiretamente, a reeleição dele à presidência da Casa. O que os une é basicamente a pauta econômica: Maia é um dos maiores defensores da reforma da Previdência, desde antes de Bolsonaro sequer pensar em se candidatar à Presidência da República.

Ter conseguido emplacar o candidato apoiado pelo governo na Câmara é uma das vitórias de Bolsonaro na relação com o Parlamento nesses primeiros 100 dias — na prática, dois meses, já que o Congresso só começou a trabalhar em fevereiro. Ele também saiu ganhando com a eleição de Davi Alcolumbre (DEM-AP) para a Presidência do Senado. O nome era oficialmente o preferido dele. Na semana passada, Alcolumbre disse esperar que Bolsonaro consiga construir a ponte entre os Poderes e explique como funciona o “novo modelo de

rearranjo”. (AA e GV)

MME / ASCOM .